

Durante o referido prazo, contado a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República*, poderão os interessados apresentar por escrito as suas reclamações, observações ou sugestões e pedidos de esclarecimentos relativamente à pretendida operação urbanística, as quais serão posteriormente objecto de resposta fundamentada perante aqueles que invoquem, designadamente:

- a) A desconformidade com instrumentos de gestão territorialmente eficazes;
- b) A incompatibilidade com planos, programas e projectos que devam ser ponderados em fase de elaboração;
- c) A desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis; e
- d) A eventual lesão de direitos subjectivos.

Mais se torna público que o processo respeitante à operação de loteamento, acompanhado da informação técnica elaborada pelos respectivos departamentos técnicos municipais, bem como de eventuais pareceres, autorizações ou aprovações emitidas por entidades externas ao município, encontra-se disponível, para consulta, na Divisão Administrativa de Apoio aos Departamentos Técnicos de Obras, sita no Edifício do Póculo, Braga.

28 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Francisco Soares Mesquita Machado*. 1000308834

Aviso n.º 95/DADT

A Câmara Municipal de Braga torna público, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 27.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que se encontra aberto um período de discussão pública, pelo prazo de 15 dias, tendo por objecto a alteração ao alvará de loteamento, que consiste em alterar o lote 2, sito no lugar de Padrão, freguesia de Crespos, Braga, em que é requerente Manuel Augusto Monteiro Gomes.

Durante o referido prazo, contado a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República*, poderão os interessados apresentar por escrito as suas reclamações, observações ou sugestões e pedidos de esclarecimentos relativamente à pretendida operação urbanística, as quais serão posteriormente objecto de resposta fundamentada perante aqueles que invoquem, designadamente:

- a) A desconformidade com instrumentos de gestão territorialmente eficazes;
- b) A incompatibilidade com planos, programas e projectos que devam ser ponderados em fase de elaboração;
- c) A desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis; e
- d) A eventual lesão de direitos subjectivos.

Mais se torna público que o processo respeitante à operação de loteamento, acompanhado da informação técnica elaborada pelos respectivos departamentos técnicos municipais, bem como de eventuais pareceres, autorizações ou aprovações emitidas por entidades externas ao município, encontra-se disponível, para consulta, na Divisão Administrativa de Apoio aos Departamentos Técnicos de Obras, sita no Edifício do Póculo, Braga.

28 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Francisco Soares Mesquita Machado*. 1000308835

Aviso n.º 96/DADT

A Câmara Municipal de Braga torna público, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 27.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que se encontra aberto um período de discussão pública, pelo prazo de 15 dias, tendo por objecto a alteração ao alvará de loteamento, que consiste em alterar o lote 2, sito no lugar de São Miguel, freguesia de Figueiredo, Braga, em que é requerente Maria Apresentação Oliveira Couto Fernandes.

Durante o referido prazo, contado a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República*, poderão os interessados apresentar por escrito as suas reclamações, observações ou sugestões e pedidos de esclarecimentos relativamente à pretendida operação urbanística, as quais serão posteriormente objecto de resposta fundamentada perante aqueles que invoquem, designadamente:

- a) A desconformidade com instrumentos de gestão territorialmente eficazes;

- b) A incompatibilidade com planos, programas e projectos que devam ser ponderados em fase de elaboração;
- c) A desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis; e
- d) A eventual lesão de direitos subjectivos.

Mais se torna público que o processo respeitante à operação de loteamento, acompanhado da informação técnica elaborada pelos respectivos departamentos técnicos municipais, bem como de eventuais pareceres, autorizações ou aprovações emitidas por entidades externas ao município, encontra-se disponível, para consulta, na Divisão Administrativa de Apoio aos Departamentos Técnicos de Obras, sita no Edifício do Póculo, Braga.

28 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Francisco Soares Mesquita Machado*. 1000308836

CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DE BASTO

Aviso

Contrato de prestação de serviços em regime de avença

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 27 de Outubro de 2006, foi celebrado um contrato de prestação de serviços com Maria Cristina Monteiro Teixeira, em regime de avença, com início em 31 de Outubro de 2006 e término a 30 de Junho de 2007, para prestar serviço como professora de educação musical, para leccionar no âmbito das actividades extracurriculares aos alunos dos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos do 1.º ciclo do ensino básico do Agrupamento de Escolas da Mota.

4 de Dezembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Albertino Teixeira Mota Silva*. 1000308830

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS

Aviso n.º 401/2006

Licença sem vencimento por um ano

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho datado de 24 do corrente, deferi o pedido de licença sem vencimento por um ano de Filipe Manuel Marques Fonseca, operário (jardineiro), com início no próximo dia 1 de Janeiro de 2007.

29 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Júlio José Monteiro Barroso*. 1000308825

CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA

Aviso n.º 93/2006-DRH

Faz-se público que, por meu despacho de 23 de Outubro de 2006, proferido no uso da competência que me é conferida pelo disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 94/2004, de 20 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, foi deferido, com efeitos à mesma data, o pedido de cessação de funções da técnica superior jurista de 1.ª classe do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Leiria, Dr.ª Maria Ana Carvalho Castro Barradas Toledo Rolla, no cargo de chefe da Divisão de Recursos Humanos em regime de substituição, com fundamento na parte final do n.º 4 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 21/2005, de 30 de Agosto.

2 de Novembro de 2006. — A Presidente da Câmara, *Isabel Damasceno Campos*. 1000308809

Aviso n.º 94/2006-DRH

Para os devidos efeitos se torna público que foram, no dia 6 de Novembro de 2006, e em cumprimento do meu despacho proferido em 2 de Novembro do mesmo ano, celebrados contratos de trabalho a termo resolutivo incerto, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 e n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro,

alterado, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, da alínea b) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, alterado, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 23/2004, da alínea h) do n.º 1 e dos n.ºs 2 e 4 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, e do n.º 1 do artigo 129.º e dos artigos 143.º e 144.º, ambos do Código do Trabalho, entre o município de Leiria e Ana Alexandra Teixeira da Silva Couto e Otilina Maria Laranjeira Mendes Filipe, com início na presente data e a vigorarem durante o período de tempo necessário à tomada de posse de 15 auxiliares de serviços gerais, na sequência de concurso externo de ingresso tendo em vista o preenchimento de lugares vagos do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Leiria, ao abrigo do disposto no artigo 144.º do Código do Trabalho, ficando as contratadas com a categoria de auxiliar de serviços gerais, cuja remuneração mensal é a correspondente ao escalão 1, índice 128, na importância de 412,06 euros, acrescida dos subsídios de férias e de Natal, bem como do subsídio de refeição atribuído nos termos da legislação aplicável à administração pública.

6 de Novembro de 2006. — A Presidente da Câmara, *Isabel Damasceno Campos*.
1000308798

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRA

Anúncio

Nomeação de chefe de Divisão Administrativa e Financeira

Decorridos os trâmites do procedimento concursal para provimento de um cargo de chefe de Divisão Administrativa e Financeira, publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 122, de 27 de Junho de 2006, e BEP — OE200606/0250, após a análise de duas candidaturas e na sequência da proposta da nomeação do júri de 6 de Novembro de 2006, no uso da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, e artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, conjugado com o n.º 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na sua actual redacção, torna-se público que, por meu despacho de 20 de Novembro de 2006, nomeei em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por igual período de tempo, o Dr. João Adelino Faustino de Oliveira, para o cargo de chefe de Divisão Administrativa e Financeira.

O candidato ora nomeado, João Adelino Faustino de Oliveira, revelou elevado sentido crítico, possuindo desenvolvidas capacidades de análise, de síntese e abordagem profunda dos problemas que lhe foram colocados. Acresce que, quando confrontado com questões relacionadas com motivação, o candidato demonstrou possuir capacidades de boa direcção e sentido vocacional para o lugar, através da identificação de vários factores que determinaram a candidatura ao lugar a prover e ao desenvolvimento da actividade inerente a este. Por fim, o candidato revelou boas capacidades de comunicação, facilidade de expressão e fluência verbais, através de intervenções oportunas, pelo que possui o perfil e a experiência adequados ao desempenho do cargo em referência.

Nota curricular do nomeado

1 — Dados pessoais:

Nome — João Adelino Faustino de Oliveira;
Naturalidade — Mira;
Residente — Coimbra
Bilhete de identidade n.º 4449858, Arquivo de Coimbra;

2 — Habilitações literárias:

Licenciatura em Controlo de Gestão.

3 — Experiência profissional:

Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, em regime de substituição, na Câmara Municipal de Mira;
Coordenador de gabinetes na Universidade de Coimbra;
Auditor interno do sistema de gestão da qualidade na administração da Universidade de Coimbra;

Participação em diversos *workshops* no que conduziram ao processo de certificação para a qualidade da administração da Universidade de Coimbra;

Membro da equipa de trabalho que preparou a candidatura da Universidade de Coimbra ao prémio Excelência, para Instituições Públicas;

Técnico de auditoria de projectos de investimento, no Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento — IAPMEI;
Actividade docente em instituição privada;
Participação em inúmeros júris e comissões;
Orientador de estágios profissionais e curriculares;

4 — Formação profissional:

Organização de serviços; encerramento de contas; Excel desenvolvimento; gestão do tempo e do stress organizacional; auditores internos da qualidade; liderança; empreitadas de obras públicas; Power Point; SAP — funcionalidades gerais; POC-Educação; controlo e gestão orçamental; SIADAP — sistema de avaliação e desempenho na Administração Pública; gestão da mudança; dinâmica de grupos e condução de reuniões; o regime jurídico do processo de avaliação de desempenho na Administração Pública; regime jurídico das execuções fiscais.

12 de Dezembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *João Maria Ribeiro Reigota*.
1000308802

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

Aviso n.º 78/2006

Concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de técnico superior (jurista) assessor

Faz-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 7 de Dezembro de 2006, foi nomeado, na sequência do concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de técnico superior (jurista) assessor, aberto nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 6.º, conjugado com o n.º 5 do artigo 8.º, ambos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, publicado por aviso no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 80, de 24 de Abril de 2006, o candidato Mário Jorge Lameiras Marques, o qual, nos termos do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, conjugado com o Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, aplicável à administração local, passa a ser remunerado pelo escalão 1, índice 610.

(Não está sujeito a visto do Tribunal de Contas — artigos 46.º, n.º 1, e 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

13 de Dezembro de 2006. — Pelo Presidente da Câmara, a Directora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *Célia Simões*.
3000222221

Aviso n.º 79/2006

Concurso interno de acesso geral para três lugares de técnico profissional (desenhador da construção civil) especialista.

Faz-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 7 de Dezembro de 2006, foram nomeados, na sequência do concurso interno de acesso geral para provimento de três lugares de técnico profissional (desenhador da construção civil) especialista, aberto nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 6.º, conjugado com o n.º 5 do artigo 8.º, ambos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, publicado por aviso no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 120, de 24 de Junho de 2005, os candidatos Célia Marisa Baborro Marques, Rui Fernando Gaspar Machado e António da Cruz Oliveira, os quais, nos termos do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, conjugado com o Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, aplicável à administração local, passam a ser remunerados pelo escalão 1, índice 269.

(Não está sujeito a visto do Tribunal de Contas — artigos 46.º, n.º 1, e 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

13 de Dezembro de 2006. — Pelo Presidente da Câmara, a Directora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *Célia Simões*.
3000222227

CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Aviso n.º 49/06

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara e após aprovação no estágio com a classifi-